



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90042/2024**

**Objeto.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA PAISAGISMO URBANO E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, INCLUINDO A MANUTENÇÃO DOS JARDINS, CANTEIROS E ÁREAS VERDES, COM O FORNECIMENTO DE INSUMOS NECESSÁRIOS E AQUISIÇÃO DE MUDAS PARA PLANTIO.**

**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº **36.298.831/0001-39**, situada à **RUA FLOR DE MAIO, 303 - VILA DO SOL - CABO FRIO/RJ**, neste ato regularmente representada pelo Sócio Administrador **ANGELA MARIA OLIVEIRA ROSA**, inscrito no RG nº **041446659** e CPF nº **073.887.967-38**, vem com habitual vênua apresentar:

**01 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 65/2023**

**I - DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

O art. 164, da Lei de Licitações estabelece o prazo para impugnação em até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

No mesmo sentido, o edital aqui combatido, traz em seu item 24.1, o seguinte:



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Como a sessão de abertura está designada para o dia **19/12/2024**, é tempestiva esta impugnação, haja visto que a presente impugnação se encontra interposta dentro do prazo, cuja contagem se dá na forma da legislação vigente aplicável ao caso, o requisito de tempestividade está devidamente atendido, devendo seu teor ser conhecido e apreciado pela Administração.

Já quanto ao requisito de legitimidade para o ato de impugnar o edital de licitação, o nosso ordenamento jurídico pátrio alargou o rol de legitimados para tal fim, ao passo que não só os próprios licitantes podem fazê-lo, mas toda e qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica. Sustenta tal entendimento o Tribunal de Contas da União (Acórdão n.º 365/2017) quanto o próprio Superior Tribunal de Justiça (AgRg no MS n.º 5.963/DF), bem como a Lei 14.133/2021 em seu artigo 164.

Por conseguinte, **a Requerente perfaz parte legítima para a presente impugnação ao edital e pleitear que dele se afastem as exigências ilegais:** seja porque possui interesse direto no certame, enquanto empresa atuando na área de empresa especializada na comercialização dos produtos objeto do certame; seja porque enquanto pessoa jurídica, também é titular de direitos para fins de participação e transparência em face da Administração e do controle da regularidade de seus atos.

## **II - DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS NO EDITAL**

A IMPUGNANTE, no intuito de participar desse certame, obteve o edital em questão para poder preparar proposta e documentos de habilitação, estritamente de acordo com as necessidades dessa Administração.

Ocorre que, ao deparar com o rol de itens de qualificação técnica exigidos, **verificou-se que os mesmos não se demonstram razoáveis, ou estão sendo exigidos de forma equivocada,** portanto limitadores da competitividade.

**Resta-nos deixar claro que o critério de julgamento do certame licitatório em comento é o de menor preço global por grupo, o que se demonstra por sua vez o mais adequado, haja vista a possibilidade de divisão, estando o edital por tanto de acordo com a legislação,** haja vista que no tocante ao planejamento de



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

compras, a Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu artigo 40, inciso V, alínea "b", como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso", dispondo sobre algo similar no seu artigo 47, inciso II,  mencionando o princípio do parcelamento como obrigatório "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

Por tanto, haja vista que o critério de julgamento é por grupo, se faz necessário que administração ao solicitar a documentação de habilitação, sobretudo as que dizem respeito à qualificação técnica, se atente as peculiaridades de cada grupo, a fim de evitar que seja solicitado qualificação excessiva a licitantes que concorram apenas em um dos grupos do certame licitatório.

No presente certame, para fins de qualificação técnica, o item "11.4.2" do Edital em conjunto com o item "12.12.4" do termo de referência estabeleceu para todas as licitantes interessadas em participar,  independente do grupo ao qual pretenda concorrer, o seguinte:

#### 12.12.4. Qualificação Técnica

12.12.4.1. Quanto a **capacidade técnico profissional**, o licitante deverá comprovar possuir em seu quadro técnico permanente, na data prevista para assinatura do contrato, Engenheiro agrônomo **ou** Arquiteto Paisagista detentor de atestado com Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA ou CAU, demonstrando haver o profissional projetado ou executado projeto de características semelhantes ao objeto desta licitação, **ou** ainda Biólogo em Paisagismo, registrado no Conselho Regional de Biologia - CRBio, na forma da Resolução 449 de outubro de 2017.

12.12.4.2. A comprovação de vínculo profissional exigida no item anterior será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste o licitante como Contratante; ou contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio; ou do contrato de trabalho, ou contrato de prestação de serviços; ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado



## **MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

12.12.4.3. A empresa licitante poderá apresentar mais de um atestado para fim de composição e comprovação da qualificação técnico-profissional. Os atestados devem possibilitar determinar de forma inequívoca o período de execução dos serviços.

12.12.4.4. O documento apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e profissionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem à contratante, por intermédio de seu Agente de Contratação, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

12.12.5. Quanto à **capacidade técnico-operacional**, a licitante deverá apresentar na data prevista para a entrega da proposta de preços, comprovante de registro ou inscrição, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, de sua sede.

12.12.5.1. A capacidade técnico-operacional das licitantes deverá ser comprovada por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de serviço compatível ao objeto ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção de execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante, para fins de aferição, bem como quantitativos e descrições que permitam avaliar a compatibilidade consideradas as parcelas de maior relevância.



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

12.12.5.2. O licitante deverá comprovar por meio dos atestados, que tenha executado Contrato(s) com um mínimo de 50% do total do objeto, consideradas as parcelas de maior relevância, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	Manutenção e recomposição de áreas jardinadas, corte de folhas e ramos secos, retirada de parasitas, limpeza e replantio de arbustos semanais.	420.000 m2

12.12.5.3. São consideradas as parcelas de maior relevância, os serviços cujo somatório equivale a 4% do total de acordo com o §1º, VI, art. 67, Lei nº 14.133/2021.

12.12.5.4. Os requisitos de qualificação técnica são definidos considerando o vulto econômico (valor correspondente a, no mínimo, 4% do valor estimado do orçamento total) e/ou considerando requisitos técnicos essenciais para a plena execução do objeto da licitação, assim como pela segurança contratual.

12.12.5.5. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, prevê a importância de definir a parcela de maior relevância em contratações públicas a depender do objeto, prerrogativa crucial para a execução adequada do objeto contratado, especialmente em serviços que envolvem atividades técnicas e contínuas, como os relacionados ao paisagismo e jardinagem.

- (1) O quantitativo estimado para este item consiste em cerca de mais de 10% da estimativa da contratação, consistindo na atividade essencial para o paisagismo urbano. A parcela de maior



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

relevância deste objeto reside no processo técnico de manutenção, que envolve a escolha dos cuidados corretos para cada espécie, a preparação do solo, e a técnica adequada para garantir o crescimento saudável das mudas e árvores. A execução inadequada dessa etapa pode comprometer o desenvolvimento da planta, resultando em perda de investimento e necessidade de replantio das áreas verdes, de modo que, considerando a comprovação por meio de atestados suficientes a execução de serviços em proporções similares, o vencedor demonstre aptidão e técnicas imediatas de logística e operacionalização para manutenção das áreas verdes municipais na proporção expressiva que demanda o município. Essas ações são fundamentais para prevenir o declínio das plantas e assegurar que as áreas jardinadas permaneçam saudáveis ao longo do tempo. A negligência nesse serviço pode resultar em degradação rápida das áreas verdes e a necessidade de intervenções mais intensivas e custosas. De forma que, considerando o valor estimado para a pretensa contratação, é imprescindível valer-se dos requisitos legais a fim de garantir a seleção da proposta mais vantajosa e eficiente para a Administração, oferecendo maior segurança jurídica a contratação e plena execução através da capacidade para execução das atividades objeto deste Termo de Referência, de acordo com a necessidade desta unidade requisitante para o planejamento urbanístico e sustentável do município.

12.12.5.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, de forma concomitante, dos serviços executados.

12.12.5.7. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no Contrato Social registrado na junta comercial competente, bem



## **MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

12.12.5.8. Com vistas a verificação de conformidade técnica, a licitante deverá apresentar juntamente à documentação de habilitação e qualificação técnica, o catálogo, ficha técnica ou, ainda, relação detalhada que contenha a descrição técnica dos equipamentos que serão utilizados na execução do objeto, que deverão ser compatíveis com o descritivo deste Termo.

12.12. Se tratando de empresas ou profissionais registrados em conselhos técnicos de outros estados da federação, deverão obrigatoriamente apresentar o visto junto ao CREA-RJ para exercer as atividades em região diferente daquela em que se encontra registrado após homologação, no momento da contratação, conforme Informativo de Licitações e Contratos nº 375 TCU.

### **III - DOS FUNDAMENTOS**

Conforme preconiza Joel de Menezes Niebuhr, "o princípio da competitividade é fundamental para a licitação e ele repercute mais fortemente na fase de habilitação", razão pela qual aquele princípio "é vulnerado sempre que o instrumento convocatório contiver exigências inúteis, desnecessárias, irrelevantes ou impertinentes, tomando como parâmetro as especificações do objeto licitado". Se em tais circunstâncias o instrumento convocatório já incorreria em violação aos princípios da competitividade eficiência e isonomia,

A disputa deve ser o mais ampla possível, franqueada a todos que tenham capacidade e idoneidade para cumprir o futuro contrato administrativo, por imperativo constitucional.

**De fato, o edital aqui combatido, contém critérios de comprovação da qualificação técnica dos licitantes de caráter restritivo, por não ter sido feita a distinção entre as qualificações técnicas pertinentes a cada grupo,** descumprindo os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência, da competitividade, e da isonomia; e ainda prejudicando a premissa de obtenção da



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

proposta mais vantajosa ao interesse público e à Administração, e, por consequência, correspondendo à situação expressamente vedada por lei, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 - art. 9º, inciso I, alínea "a", a saber:

Lei n.º 14.133/2021:

(...)

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

**Tal exigência do Edital também não se apresenta compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem orientar os atos da Administração Pública, ao passo que representam restrições excessivas capazes de reduzir e restringir o universo de participantes do certame e ainda violar a isonomia entre potenciais licitantes, consequentemente, acarretando relevante redução da capacidade de obtenção da proposta mais vantajosa tanto para a própria Administração quanto para o interesse público.**

Logo, no presente caso, com vistas a expurgar as ilegalidades e retificar as incongruências verificadas no edital, **FICAM IMPUGNADOS para o GRUPO II todos os itens de qualificação técnica solicitados** no termo de referências, anexo I, pois, consoante adiante aduzido, não contam com o respaldo na legislação, doutrina e jurisprudência pertinente à matéria em questão, além de, em tese, pode significar direcionamento da licitação.

Para os licitantes que desejarem participar apenas do GRUPO II, deveria ter sido limitado apenas à apresentação da documentação solicitada no item 11.4.1 do Edital, a saber:

11.4.1 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório.

Verifica-se que o edital/termo de referência, embora tenha feito uma gama de exigências impertinentes e restritivas para o GRUPO II, deixou de solicitar para este, **Registro ou inscrição da empresa licitante no RENASEM, conforme art.8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art.4º do Decreto nº 10.586/2020, para fornecimento de mudas e plantas.**

#### **IV - DO MÉRITO**

Da leitura das cláusulas supratranscritas do Edital/Termo de Referência, para fins de qualificação técnica, observa-se que:

A exigência de qualificação técnica nos certames públicos, notoriamente, possui como finalidade comprovar que o licitante possui aptidão necessária para a realização da atividade pertinente ao objeto da licitação e, quando for o caso, o conhecimento técnico especializado e a capacitação operativa para cumprir o objeto do contrato.

Entretanto, em que pese o objetivo de preservar o interesse público, **tal habilitação não pode exigir** documentos impertinentes ou **condições excessivas e desproporcionais ao objeto do futuro contrato, e, de forma alguma, não prescritas em lei.**

Dito isto, verifica-se que **o Edital/Termo de Referências, traz exigências de qualificação técnica que não são compatíveis com o GRUPO II,** por este trata-se de mero fornecimento de plantas e insumos.

**Neste sentido, vale trazer a baila o ACÓRDÃO TCERJ Nº 066899/2024-PLEN, oriundo do Processo TCE-RJ Nº 209.199-0/24 aberto por esta IMPUGNANTE em face a edital de licitação do Município de Maricá/RJ que trazia da mesma forma que traz o edital aqui impugnado, exigências de qualificação técnica impertinentes a determinado lote, no qual foi deferido o pedido pelo TCERJ, decisão esta que colocamos em anexo a presente peça impugnatória, a fim de comprovar que a matéria em questão já fora analisada anteriormente pelo TCERJ, sendo o entendimento deste o mesmo da IMPUGNANTE.**

Por fim, foi verificado que o Edital deixou de solicitar para este, Registro ou inscrição da empresa licitante no RENASEM,



## **MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

conforme art.8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art.4º do Decreto nº 10.586/2020, para fornecimento de mudas e plantas,

Primeiramente cabe ressaltar, que, a Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências, é a LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.

Passemos agora a analisar, o que diz a Lei quando se trata de emissão do certificado do RENASEM: No artigo 7º, da tal citada Lei, nasce no mundo jurídico à exigência de tal documento. Vejamos:

Art. 7º Fica instituído, no Mapa, o Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM.

A seguir, a Lei trata da obrigatoriedade de tal documento para as Sociedades Empresárias que exercem atividades relacionadas às mudas e sementes. Expresso no Artigo 8º:

Art. 8º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no RENASEM. (g.n.)

Nesse sentido, aquele que pratica qualquer dessas atividades, sem a devida inscrição, pratica uma atividade não legalizada, ou seja, o produto oferecido é um produto à margem da lei uma vez que não possui registro no MAPA.

Cabe ressaltar que aquele que adquire o produto sem inscrição no RENASEM, comete infração, nos moldes do artigo 148 do Decreto 10.586/2020:

Art. 148. Fica proibido e constitui infração de natureza grave dos usuários de sementes ou de mudas: (g.n.)

I - adquirir sementes ou mudas de produtor, de reembalador ou de comerciante que não esteja inscrito no Renasem, ressalvado o disposto nos incisos I, II e III do § 1º do art. 4º; (g.n.)

Destacamos ainda que o administrador está vinculado ao princípio da legalidade concernente aos seus atos, artigo 37 da Constituição e 5º da Lei de Licitações, 14133/2021.



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

Sendo assim, nada mais viável e plausível a exigências de tal documentos para que a Administração Pública tenha um produto de qualidade e obedeça às normas impostas.

Acrescentamos ainda que com o advento da Lei nº 12.349, de 2010, bem como da Lei 14.133/2024, art. 5º e art. 11 "IV", que trouxeram para os princípios e objetivos da licitação respectivamente, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o tema ganhou força e importância. Concluiu-se que o Estado, com seu poder de compra, poderia influir positivamente na questão, criando demanda para que os produtos comercializados se adequassem cada vez mais aos critérios de sustentabilidade.

No mesmo sentido, o TCU passou a cobrar diversas condutas da Administração na área de sustentabilidade sócio ambiental e passou a exigir dos gestores as justificativas para a não realização dessas condutas.

Desse modo, foi publicado o Decreto nº 7.746/2012, especificamente para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Nesse sentido se encontra consolidada a legalidade e a obrigatoriedade de se observar critérios de sustentabilidade nas licitações.

Neste ponto, importante trazer o que dispõe o já citado Decreto nº 7.746/2012 acerca de como deve agir a Administração para dar efetividade ao tema:

Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

**Por esta razão, diante de todas as normas de defesas do meio ambiente citadas nesta impugnação, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de somente adquirir produtos de empresas compatíveis com a legislação.**



**MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ nº 36.298.831/0001-39**

**RUA FLOR DE MAIO, 303, VILA DO SOL, CABO FRIO/RJ**

**[mpsmanutencoeseservicos@gmail.com](mailto:mpsmanutencoeseservicos@gmail.com)**

**V - DO PEDIDO**

Ante ao exposto, requer que:

I- Seja a presente impugnação admitida e conhecida, pois tempestiva; como também por restar atendido o requisito de legitimidade, devendo ainda ser atendido o disposto no item 24.1 do edital.

II- Seja apreciado o mérito da presente impugnação, **adequando no edital à qualificação técnica para o GRUPO II, solicitando apenas atestado de capacidade técnica e inscrição no RENASEM para as licitantes que desejem concorrer apenas no grupo II,** procedendo-se a devida republicação do edital, com recontagem de prazo nos termos do art. 55 § 1º da Lei 14.133/2021 e item 24.4 do edital.

III- Seja a resposta encaminhada através de e-mail no prazo legal, evitando assim que seja necessário impetrar processo junto ao TCERJ.

**Nestes Termos, Pede Deferimento.**

Saquarema, 11 de dezembro de 2024

MPS MANUTENCAO  
PREDIAL E SERVICOS  
LTDA:36298831000139

Assinado de forma digital por  
MPS MANUTENCAO PREDIAL E  
SERVICOS LTDA:36298831000139  
Dados: 2024.12.11 13:18:44 -03'00'

**ANGELA MARIA OLIVEIRA ROSA**

Sócio Administrador  
CPF nº 073.887.967-38

## ACÓRDÃO Nº 066899/2024-PLEN

1 PROCESSO: 209199-0/2024

2 NATUREZA: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

3 INTERESSADO: MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS EIRELI

4 ÓRGÃO JURISDICIONADO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

5 RELATOR: MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO**, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do **PLENÁRIO**, por unanimidade, por **CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** com **PROCEDÊNCIA**, **COMUNICAÇÃO**, **DETERMINAÇÃO** e **REMESSA**, nos exatos termos do voto do Relator.

9 ATA Nº: 32

10 QUÓRUM:

**Conselheiros presentes:** Rodrigo Melo do Nascimento, José Maurício de Lima Nolasco, Marianna Montebello Willeman e Marcio Henrique Cruz Pacheco

**Conselheiros-Substitutos presentes:** Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerrén

11 DATA DA SESSÃO: 11 de Setembro de 2024

**Marcio Henrique Cruz Pacheco**

Relator

**Rodrigo Melo do Nascimento**

Presidente

Fui presente,

**Henrique Cunha de Lima**

Assinado Digitalmente por: MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO  
Data: 2024.09.17 11:21:58 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 209199-0/2024. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: 442cebc9-13f4-4153-890a-a4c3e475548b  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: RODRIGO MELO DO NASCIMENTO  
Data: 2024.09.12 18:35:52 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 209199-0/2024. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: 442cebc9-13f4-4153-890a-a4c3e475548b  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: HENRIQUE CUNHA DE LIMA  
Data: 2024.09.12 18:35:52 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 209199-0/2024. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: 442cebc9-13f4-4153-890a-a4c3e475548b  
Local: TCERJ



**PROCESSO:** TCE-RJ Nº 209.199-0/24

**ORIGEM:** AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

**INTERESSADO:** MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA

**EMENTA.** REPRESENTAÇÃO EM FACE DA LICITAÇÃO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 65/23.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA INDEVIDA. INTERPRETAÇÃO EQUIVACADA DO JURISDICIONADO A RESPEITO DA SÚMULA Nº 13 DO TCERJ E DA SÚMULA Nº 263 DO TCU. O ART. 30 DA LEI Nº 8.666/93 PREVÊ A EXIGÊNCIA DE ATESTADOS PARA A COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA, NÃO INCIDINDO LIMITAÇÃO DE SUA APLICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. COMUNICAÇÃO. DETERMINAÇÕES. REMESSA.

Trata-se de Representação (peça 6), com pedido de tutela provisória, apresentada pela MPS Manutenção Predial e Serviços LTDA, já qualificada nos autos, a respeito de supostas irregularidades cometidas no curso do Pregão Presencial SRP nº 65/23, cujo critério de julgamento é o menor preço por item, instruído, no processo administrativo nº 20.350/23, elaborado pela Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR, cujo objeto é o Registro de Preços para a futura contratação de pessoa jurídica, para o fornecimento de plantas

ornamentais e insumos para o Município de Maricá, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, no valor estimado inicial de R\$ 7.635.630,00 (sete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta reais), com data inicial de realização agendada para 20.03.24.

Resumidamente, alega a Representante (peça 6) que o Edital do Pregão Presencial nº 65/23 combatido apresenta vícios que maculam o certame, comprometendo os princípios da competitividade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Suscita, ainda, que o Jurisdicionado não apresentou resposta à sua impugnação, cujo os esclarecimentos seriam necessários para a sua participação no certame.

Por fim, em sua exordial, aduz, especificamente, que as previsões atinentes aos itens editalícios **C.1, C.2, C.4 e C.5** do respectivo Edital, que tratam da qualificação técnica, deveriam ser reformuladas pelos seguintes fundamentos:

➤ item C.1 (peça 6, fls. 5):

**[...] que os itens não perfazem ou integram parcela de maior relevância e valor significativo do objeto em licitação conforme estabelecido pela legislação para que seja permitida a exigência de quantitativo mínimo, tanto que nem mesmo o instrumento convocatório comprova tal situação; de modo que a sua exigência para fins de qualificação técnica finda por representar cláusula ou condição que restringe e frustra o caráter competitivo do certame.** (grifo do autor).

➤ item C.2 (peça 6, fls. 8):

Verifica-se que o edital restringe a participação dos demais licitantes que estejam interessados em participar do certame, e não atuem no ramo de comércio de plantas, haja vista que o edital não limita tal exigência apenas as licitantes que desejarem concorrer nos itens que contenham mudas e plantas, ou seja, apenas aos itens 01, 02 e 04, conforme exigido ela legislação vigente.

➤ item C.4 (peça 6, fls. 10):

[...] caso haja item que justifique tal exigência, deve-se tal exigência limitar-se apenas as licitantes que desejarem concorrer ao item, bem como deverá ser permitido ainda que a licitante apresente como forma de comprovação da exigência, contrato de prestação de serviço, com transportador que detenha tal licença, haja vista que o objeto central da licitação não é o transporte, mas sim a aquisição do(s) produto(s), da mesma

forma como a atividade de muitas licitantes interessadas em participar, não é o transporte, mas sim a comercialização do(s) produto(s), que por sua vez podem ser transportados por empresas com a(s) qual(is) a licitante detém contrato de prestação de serviço.

➤ item C.5 (peça 6, fls. 11):

[...] a legislação vigente determina que apenas os estabelecimentos que produzem, comercializam, exportam ou importam fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas ficam obrigados a se registrar no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do SIPEAGRO.

O Edital do Pregão Presencial SRP nº 65/23 foi juntado aos autos (peça 3, fls. 20) e, para fins de ilustração, destaco os itens combatidos:

**C. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**C.1.** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, relativo ao fornecimento de plantas e insumos, compatível em características com o objeto da presente licitação, com no mínimo 30% do quantitativo de cada item.

**C.2.** Registro ou inscrição da empresa licitante no RENASEM, conforme art.8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art.4º do Decreto nº 10.586/2020, para fornecimento de mudas e plantas;

**C.4.** Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – INEA ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos. Empresas sujeitas ao licenciamento ambiental que exercerem as atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de Resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classes II A e II B) no Estado do Rio de Janeiro, independente da localização geográfica da base operacional (Lei nº 3.467/2000; Lei nº 3.007/1998 e Lei nº 6.862/ 2014).

**C.5.** Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO, conforme art.4º da Lei nº12.890/2013.

Em sede de tutela provisória, a Representante requereu o deferimento da tutela de urgência, sem o detalhamento da medida específica.

E, no mérito, pleiteou (peça 6, fls 11 e 12):

**V - DO PEDIDO**

Ante ao exposto, requer que:

I) sejam declaradas nulas, e por conseguinte, suprimidas as exigências ilegais feitas no Edital;

II) seja determinada a republicação do Edital, reabrindo-se prazo inicialmente previsto;

Cuida-se de terceira submissão desta Representação à apreciação deste Tribunal.

Na primeira submissão, proferi, em Decisão Monocrática, de 25.03.24 (peça 9), pelo conhecimento desta Representação, com comunicação para a manifestação do Jurisdicionado acerca dos pontos suscitados pela Representante, *in verbis*:

**DECIDO:**

**I.** Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, face o atendimento aos pressupostos de legitimidade e admissibilidade, nos termos do art. 108, VI e art. 109 e seus incisos do RITCERJ;

**II.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá, nos termos do art. 15, I c/c art. 17, § 3º, todos do RITCERJ, para que, **no prazo de 2 (dois) dias úteis** a contar da ciência desta decisão, **manifeste-se, acerca de todas as alegações da Representante**, em primazia ao Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, abstendo-se, caso entenda pertinente, de homologar o certame, contratar e realizar pagamento, **para fins de posterior concessão ou não da cautelar**;

**III.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Maricá, nos termos do art. 15, I do RITCERJ, para que tenha ciência da decisão.

**IV.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Maricá, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de **responsabilidade solidária**, de acordo com o art. 53, IV e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

**V.** Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, para que tome ciência desta decisão, nos termos do art. 110 do RITCERJ; e

**VI.** Pela **REMESSA** à Secretária-Geral de Controle Externo – SGE, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos acerca do mérito do pedido cautelar, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas – MPC, para manifestação em igual prazo. Posteriormente, os autos deverão retornar a este Gabinete.

Na segunda submissão, em 29.04.24 (peça 38), prolatei Decisão Monocrática deferindo a tutela de urgência, nos seguintes termos:

**DECIDO:**

**I.** Pela **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA** requerida, nos termos dos arts. 149 do RITCERJ e art. 300 do CPC, determinando-se, cautelarmente, ao atual Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, a suspensão do certame licitatório, no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o Jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado, celebrar o contrato, ou realizar pagamentos;

**II.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Maricá, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente decisão;

**III.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR, nos termos do art. 15, I, c/c art. 30, do RITCERJ, para que tome ciência da decisão, e manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, de forma exauriente acerca do mérito, quanto às irregularidades levantadas na presente Representação, encaminhando os atos preparatórios da contratação sob análise e demais elementos de suporte, bem como cumpra a seguinte **DETERMINAÇÃO**:

**III.1.** Publique, imediatamente, no Portal de Transparência do Município de Maricá, todos os atos administrativos referentes aos certames realizados pelo Ente, com fulcro na Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/11.

**IV.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Órgão Central de Controle Interno do Município de Maricá para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com os art. 53, IV, e art. 55, da Lei Complementar nº 63/90;

**V.** Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos do art. 15, I, c/c art. 110 do RITCERJ, para ciência desta decisão; e

**VI.** Pela **REMESSA** à Secretária-Geral de Controle Externo – SGE, para que, findo o prazo do item **III**, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos acerca do mérito desta Representação, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas – MPC, para manifestação, retornando-se posteriormente os autos a este Gabinete.

Neste sentido, para o atendimento ao **item III** da decisão anteriormente citada, o Jurisdicionado manifestou-se, por meio do Doc. TCE-RJ nº 9.314-6/24, em 20.05.24, consubstanciada na peça 47 (ofício de encaminhamento do Jurisdicionado), na peça 48 (resposta elaborada pela SOMAR), na peça 49 (resposta realizada pela Pregoeira), alegando, sinteticamente, que:

(i) O certame encontra-se suspenso *sine die*;

(ii) Que os dados referentes aos certames realizados pela SOMAR são publicados imediatamente no Portal de Transparência do Município de Maricá, atendendo à Determinação constante no item III.1 da Decisão Monocrática proferida em 29.04.24;

(iii) Que o Acórdão nº 2595/21 TCU, a Súmula nº 263 do TCU, bem como a Súmula nº 13 do TCERJ aplicam-se somente aos casos em que o critério de julgamento da licitação é o menor preço global, e não por item;

(iv) Que a licitação combatida adota como critério de julgamento o menor preço por item, e não o menor preço global, e que há 8 (oito) objetos diversos em disputa, haja vista que há 8 (oito) itens na planilha orçamentária;

(v) A inclusão de requisitos de qualificação técnica específicos para cada item no Edital foi uma medida adotada para garantir que os licitantes demonstrem capacidade técnica adequada para a execução de cada item;

(vi) O edital combatido atende os ditames da Súmula nº 247 do TCU;

(vii) A equipe técnica da SOMAR constatou a necessidade de readequar a redação do item C.1, para promover a justa competitividade e atender as melhores práticas de contratação.

Prosseguida a instrução, os autos são encaminhados à diligente Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Mobilidade e Urbanismo - CAD-Mobilidade, que em sua análise técnica (peça 56), propõe o seguinte encaminhamento:

Sugere-se ao Egrégio Plenário a adoção das seguintes medidas:

**I) CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** anteriormente deferida;

**II) PROCEDÊNCIA** da presente Representação, quanto ao mérito, considerando a análise efetuada nesta instrução;

**III) COMUNICAÇÃO** ao atual titular da Autarquia de Serviços de Obras do Município de Maricá - SOMAR, nos termos do artigo 15, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, para que atenda às seguintes **DETERMINAÇÕES**, sendo certo que a verificação do seu cumprimento poderá ser objeto de controle externo a cargo deste Tribunal em futura auditoria governamental, considerando os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade:

**1) Adote as providências necessárias com vistas à anulação do Pregão Presencial SRP nº 065/2023, ou, se a alternativa melhor atender ao interesse público, dos atos praticados no âmbito daquele procedimento desde a publicação de seu instrumento convocatório, hipótese em que o edital, **devidamente sanado em relação aos aspectos mencionados no subitem seguinte, deverá ser objeto de nova publicação, com a reabertura de seus prazos, especificando, item por item, todas as alterações efetuadas;****

**2) Retifique**, caso ainda haja interesse na contratação referida, para que, na elaboração da peça editalícia correspondente, tanto na hipótese de instauração de

novo procedimento licitatório, quanto na de retomada do certame já iniciado, realize o saneamento **das irregularidades elencadas a seguir:**

- a. Ajuste o item C.1, incluindo como parcelas de maior relevância apenas os itens que atendam simultaneamente aos critérios de relevância e valor significativo;
- b. Adeque os itens C.2 e C.5, de forma que a exigência dos respectivos registros e licenças sejam restritos aos itens adequados;
- c. Modifique o item C.4, não exigindo a apresentação de licença do INEA de transporte para todos os licitantes, ainda na fase de habilitação, restringindo-se apenas ao vencedor;

**3)** Adote medidas para **aprimorar seu procedimento licitatório**, de forma a evitar a reincidência das irregularidades identificadas nos autos desta Representação;

**4)** Mantenha **atualizados o Portal de Transparência da Autarquia e do SIGFIS TCE-RJ**, dentre outros meios que garantam a correta transparência e publicidade de todas as licitações disponibilizadas pelo jurisdicionado, registrando as respectivas situações e atualizações;

**IV) COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão Central de Controle Interno para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

**V) COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Maricá, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente decisão;

**VI) CIÊNCIA** ao Representante acerca da decisão desta Corte, nos termos do art. 110 do Regimento Interno;

**VII) ARQUIVAMENTO** dos autos, tendo em vista que a aferição do cumprimento das determinações poderá ser efetuada em momento posterior, sem qualquer prejuízo à efetividade da decisão definitiva.

Em ato contínuo, encaminhados os autos à opinião do Ministério Público de Contas que, personificado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Contas Henrique Cunha de Lima, emitiu, em 10.06.24 (peça 59), à seguinte conclusão em parecer, corroborando em parte com o encaminhamento da Especializada:

Na análise de mérito, ao compulsar os autos, o *parquet* especial não se opõe à adoção das medidas de mérito propostas pelo i. corpo instrutivo, dissentindo, tão somente, quanto à proposta de arquivamento do processo, sem que haja a comprovação da adoção das medidas determinadas, com vistas a prestigiar a economia processual, pois haverá maior celeridade na punição dos responsáveis (dentre outras medidas) na hipótese do não atendimento à comunicação desta corte de contas, além de evitar a geração de novas representações ou denúncias sobre o mesmo fato já detectado.

Dessa forma, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** opina:

I) Pela **CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA**, deferida pelo relator na decisão monocrática datada de 29/04/2024;

II) Pela **PROCEDÊNCIA** da presente representação, quanto ao mérito, nos termos da instrução datada de 29/05/2024;

III) Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular da autarquia de serviços de obras do Município de Maricá (SOMAR), com base no art. 15 do RITCERJ, para que cumpra e comprove a esta corte de contas as seguintes **DETERMINAÇÕES**,

III.1) Adote as providências necessárias com vistas à anulação do pregão presencial SRP nº 065/2023, ou, se a alternativa melhor atender ao interesse público, dos atos praticados no âmbito daquele procedimento desde a publicação de seu instrumento convocatório, hipótese em que o edital, devidamente sanado em relação aos aspectos mencionados no subitem seguinte, deverá ser objeto de nova publicação, com a reabertura de seus prazos, especificando, item por item, todas as alterações efetuadas;

III.2) Retifique, caso ainda haja interesse na contratação referida, para que, na elaboração da peça editalícia correspondente, tanto na hipótese de instauração de novo procedimento licitatório, quanto na de retomada do certame já iniciado, realize o saneamento das irregularidades elencadas a seguir:

a. Ajuste o item C.1, incluindo como parcelas de maior relevância apenas os itens que atendam simultaneamente aos critérios de relevância e valor significativo;

b. Adeque os itens C.2 e C.5, de forma que a exigência dos respectivos registros e licenças sejam restritos aos itens adequados;

c. Modifique o item C.4, não exigindo a apresentação de licença do INEA de transporte para todos os licitantes, ainda na fase de habilitação, restringindo-se apenas ao vencedor;

III.3) Adote medidas para aprimorar seu procedimento licitatório, de forma a evitar a reincidência das irregularidades identificadas nos autos desta Representação;

III.4) Mantenha atualizados o portal de transparência da autarquia municipal e do SIGFIS TCE-RJ, dentre outros meios que garantam a correta transparência e publicidade de todas as licitações disponibilizadas pelo jurisdicionado, registrando as respectivas situações e atualizações;

IV) Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual prefeito do município de Maricá, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente decisão;

V) Pela **COMUNICAÇÃO** ao titular do órgão central de controle interno do município de Maricá, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

VI) Pela **COMUNICAÇÃO** ao representante, nos termos do art. 15, I, c/c art. 110, ambos do RITCERJ, acerca da decisão desta corte.

Por fim, suplantada a instrução dos autos, estes retornaram, em 18.06.24, a este Gabinete pelo Núcleo de Distribuição da Secretaria-Geral da Presidência – NDP (peça 60), para a prolação de decisão de mérito desta Representação.

### **Eis o Relatório.**

Como de sabença, norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, art. 37 da Constituição Federal, art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

Após detido exame, endosso, quanto às irregularidades apontadas na presente instrução, a análise técnica realizada pela laboriosa CAD-Mobilidade e pelo eminente MPC, concordando parcialmente com o encaminhamento proposto pela Unidade de Auditoria, e corroborando integralmente com o encaminhamento sugerido pelo ilustre Ministério Público de Contas, pelas razões que apresento a seguir.

#### **1. Da análise de mérito**

Feito este introito, prossigo o feito de análise da resposta apresentada pelo Jurisdicionado, conforme Doc. TCE-RJ nº 9.314-6/24, em 20.05.24, materializada na peça 47 (ofício de encaminhamento do Jurisdicionado), na peça 48 (resposta elaborada pela SOMAR) e na peça 49 (resposta realizada pela Pregoeira), em face da Decisão Monocrática de 29.04.24, contida na peça 38.

A manifestação do Jurisdicionado deverá atender os dispositivos I e III da decisão previamente citada:

**I.** Pela **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA** requerida, nos termos dos arts. 149 do RITCERJ e art. 300 do CPC, determinando-se, cautelarmente, ao atual Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, a suspensão do certame licitatório, no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta

Representação, devendo o Jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado, celebrar o contrato, ou realizar pagamentos;

II. [...]

III. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR, nos termos do art. 15, I, c/c art. 30, do RITCERJ, para que tome ciência da decisão, e manifeste-se, **no prazo de 15 (quinze) dias**, de forma exauriente acerca do mérito, **quanto às irregularidades levantadas na presente Representação**, encaminhando os atos preparatórios da contratação sob análise e demais elementos de suporte, bem como cumpra a seguinte **DETERMINAÇÃO**:

III.1. Publique, imediatamente, no Portal de Transparência do Município de Maricá, todos os atos administrativos referentes aos certames realizados pelo Ente, com fulcro na Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/11.

IV. [...]

Os itens **C.2**, **C.4** e **C.5**, que tratam de parte das irregularidades apontadas na Representação, serão analisados em conjunto, em vista da sua natureza de exigências editalícias sobre registros e licenças a serem apresentadas, em sede de habilitação jurídica.

Quanto aos demais pontos, como o item **C.1** editalício e a suspensão do certame, estes serão tratados individualmente neste Voto.

**1.1. Da suspensão do certame, no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação (item I. da DM de 29.04.24)**

O Jurisdicionado, em sua resposta (peça 49), por meio de esclarecimentos apresentados pela Sra. Pregoeira, sucintamente, informa que (fls. 1): “*o certame está suspenso, conforme consta no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Maricá.*”

Por sua vez, observa a ilustre CAD-Mobilidade (peça 56, fls. 2), em sua análise técnica, que a SOMAR atendeu a ordem desta Corte:

Em relação à tutela, pode-se observar que houve o seu cumprimento pelo jurisdicionado, uma vez que o certame se encontra **suspenso**, de acordo com as informações disponibilizadas no sítio oficial da Prefeitura<sup>1</sup>, e também informado pelo jurisdicionado (DOC. TCE-RJ 009.314-6/2024, protocolo eletrônico #4764660):

Portal de Transparência

Pregão Presencial 65/2023 - SRP - SUSPENSO  
-- IMPUGNAÇÃO - PP 65/2023  
-- 1º ATA DE REALIZAÇÃO - SUSPENSO  
-- IMPUGNAÇÃO MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E  
SERVIÇOS LTDA - PP 65/2023

Ofício

À Controladoria Interna,  
Ao Ilmo. Sr. Controlador Rodrigo Magalhães,

Ref.: Memorando CI n.º 039/2024 – Voto – Representação – Ciência e Atendimento - TCE-RJ 209.199-0/2024.

Em razão do requerido, em observância a Decisão Monocrática, proferido pela Exmª. Sr. Conselheiro Márcio Pacheco, nos autos do processo em epígrafe, pelo qual se manifestou pelo (i) deferimento da tutela provisória concedida; (ii) parcial procedência da representação formulada pela empresa MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA, informa-se que o certame está suspense, conforme consta no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Maricá<sup>1</sup>.

Entendimento este **encampado** no parecer emitido pelo **Parquet de Contas**, em peça 59.

Pois bem, concordo com a análise apresentada, objetivamente, o certame **mantém-se suspenso “sine die”**, constando no Portal de Transparência da Municipalidade<sup>1</sup> a respectiva suspensão do feito, com **justificativa**<sup>2</sup> nos termos da 1ª Ata de realização do Pregão Presencial n.º 65/2023 divulgada, conforme imagens a seguir:

Pregão Presencial 65/2023 - SRP - SUSPENSO  
– IMPUGNAÇÃO - PP 65/2023  
– 1ª ATA DE REALIZAÇÃO - SUSPENSO  
– IMPUGNAÇÃO MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E  
SERVIÇOS LTDA - PP 65/2023

<sup>1</sup> [http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/e-cidade\\_transparencia\\_inte/cms/menus/getContent/60#](http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/e-cidade_transparencia_inte/cms/menus/getContent/60#), acessado em 02.07.24.

<sup>2</sup> Neste sentido, **a título pedagógico rememoro o art. 2º c/c 48 da Lei Estadual nº 5.427/09, ressaltando a necessidade de justificativa para tanto:**

Art. 2º O processo administrativo obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, **finalidade, motivação**, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade, participação, proteção da confiança legítima e interesse público.

Art. 48. As **decisões** proferidas em processo administrativo **deverão ser motivadas, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:

I. neguem, limitem, modifiquem ou extingam direitos;  
II. imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;  
III. dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;  
IV. julguem recursos administrativos;  
V. decorram de reexame de ofício;  
VI. deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão, ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;  
VII. importem em anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo;  
VIII. acatem ou recusem a produção de provas requeridas pelos interessados;  
IX. tenham conteúdo decisório relevante;  
X. extingam o processo.

§1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato e deverão compor a instrução do processo.

§2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, poderão ser utilizados recursos de tecnologia que reproduzam os fundamentos das decisões, desde que este procedimento não prejudique direito ou garantia dos interessados e individualize o caso que se está decidindo.

§3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões, proferidas oralmente, constará da respectiva ata, de acórdão ou de termo escrito.

**01ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2023**

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2024, às 14:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Autarquia Municipal de Obras e Serviços de Maricá, reuniu-se, sob a coordenação da Pregoeira Geane Medeiros de Oliveira Paula da Silva, estando presentes os membros, Adriano Mello de Andrade, Ana Paula Corrêa Prado, Gutemberg Damasceno Queiroz, Isabela Costa Bastos e Otto Willian Kall, para proceder à realização do Pregão Presencial n.º 65/2023, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa, conforme folhas \_\_\_\_\_. Compareceu ao certame, a empresa **DRACENA COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA EPP**. Dando início a sessão, foi informado aos presentes que houve Impugnação interposta pela empresa, **MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**. Ressaltamos, que em razão de não obtermos até o presente momento, a resposta da referida Impugnação, declaramos que a sessão está "SUSPensa SINE DIE". Cabe ressaltar, que devido a suspensão, a empresa proponente não foi credenciada. Informa-se ainda, que as publicações do resultado de julgamento, bem como da suspensão e remarcação do certame, serão devidamente veiculadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Presidente da Licitação, seus membros e licitantes presentes.

Ante todo o exposto, encontra-se superado este ponto de análise, pelo atendimento da medida determinada em decisão, qual seja, a suspensão do certame até o julgamento do mérito desta Representação.

**1.2. Das irregularidades apontadas nos itens C.1, C.2, C.4 e C.5 (item III da DM de 29.04.24)**

**1.2.1. Do Item C.1**

O Jurisdicionado manifesta-se, em suas razões (peça 48), alegando, inicialmente, que o Acórdão 2595/21<sup>3</sup> do TCU, a Súmula nº 263 do TCU<sup>4</sup> e a Súmula nº 13 do TCE-RJ<sup>5</sup> seriam aplicados somente às licitações, cujo critério de julgamento seja o de menor preço global, o que não seria o caso do presente pregão sob análise.

Acrescenta que *“cada item do objeto é avaliado individualmente e a qualificação técnica pode não ter o mesmo peso em comparação com o menor preço global.”*

E destaca, quanto à inclusão dos requisitos de qualificação técnica, que a

<sup>3</sup> Nos autos do processo sob nº TC 013.000/2021-7, em sessão plenária de 27.10.21. Ementa: RELATÓRIO DE AUDITORIA. OBRAS DE RETROFIT DO BLOCO “O” DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS. FALHAS DE ORÇAMENTO E DE EDITAL. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

<sup>4</sup> **Súmula nº 263 do TCU:** Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

<sup>5</sup> **Súmula 13 do TCE-RJ:** Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada.

Administração intentou garantir que os licitantes apresentassem a capacidade adequada para a execução do objeto, conforme imagens a seguir:

Ressalta-se que a inclusão de requisitos de qualificação técnica específicos para cada item no Edital foi uma medida adotada para garantir que os licitantes demonstrem capacidade técnica adequada para executar cada parte do objeto licitado.

Nessa conjectura, essa abordagem visa promover a competição justa entre os licitantes, garantindo que apenas aqueles com comprovada capacidade técnica sejam considerados para a adjudicação de cada item. Dessa forma, além de garantir o melhor preço para cada parte do objeto, também busca-se garantir a qualidade e a excelência na execução dos serviços contratados.

Frise-se que, nos casos em que há viabilidade de natureza técnica e econômica, conforme o caso *sub examine*, a regra geral é dividir o objeto e realizar a licitação de forma parcelada, **com adjudicação por itens**, como forma de ampliação da competitividade, à luz da Súmula TCU nº 247, veja-se:

**É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações,**

**cujo objeto seja divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (g.n.)

De modo a corroborar com o entendimento retromencionado, destaca-se a decisão da Advocacia Geral da União (AGU), no sentido que **em contratos derivados de licitação em que o critério de julgamento tenha sido o menor preço por item, com adjudicação por item, o limite legal para alterações do objeto deve ser calculado sobre o valor do item que sofrerá a alteração, pois, nesse caso, o objeto é independente e a reunião em uma mesma licitação decorre de mera conveniência administrativa.**

No entanto, **concluiu**, em sua resposta, que a **Administração reformulou a redação do item C.1 do Edital de Pregão Presencial SRP nº 65/23**, no sentido de cumprir as orientações delineadas por esta Corte.

Nesta toada, fundamenta que:

Por conseguinte, o item C.1 do Edital, como originalmente redigido, prevê a necessidade de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços em quantitativos que não se restringem às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Esta exigência, conforme apontamentos do Exmo. Sr. Conselheiro Márcio Pacheco e pelo Corpo Técnico da Coord. Aud. de Pol. Mobilidade e Urbanismo do TCE/RJ, ultrapassa os limites estabelecidos pelas boas práticas e jurisprudência relevante.

Desse modo, com vistas a promover a justa competitividade e observância dos entendimentos dos órgãos de controle, faz-se imperativo o ajuste do referido item, no sentido de exigir atestados de qualificação técnica no quantitativo de 30% **somente** para os itens de maior relevância (itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 da planilha orçamentária).

Já nos itens de baixa complexidade (itens 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8 da planilha orçamentária), só deverá ser apresentado um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, relativo ao seu fornecimento, veja-se:

**DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

*C.1: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, relativo ao fornecimento dos itens de maior relevância, compatível em características com o objeto da presente licitação com no mínimo 30% do quantitativo dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4;*

*C.1.1: Para os demais itens, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, como possuem baixa relevância, só deve ser apresentado um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, compatível com o objeto da licitação, conforme tabela abaixo:*

1.0	SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	UNIDADE	QUANTIDADE LICITADA	% DE ATESTADOS
1.1	ESPECIES VEGETAIS COM APROXIMADAMENTE 40CM DE ALTURA, TIPO ARBUSTO AZALEA (RHODODENDRON SIMSII), ARBUSTO BANANA DE MACACOGUAIMBE (PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM) OU SIMILAR.FORNECIMENTO	Unidade	90.000	30%

1.2	ESPECIES VEGETAIS COM APROXIMADAMENTE 30CM DE ALTURA, TIPO FORRACAO LIRIO AMARELO (HEMEROCALLIS FLAVA), MARANTA OU SIMILAR, CONSIDERANDO 25 MUDAS POR M2.FORNECIMENTO	M2	40.000	30%
1.3	TERRA PRETA FORNECIMENTO	M3	5.000	30%
1.4	GRAMA EM PLACAS TIPO ESMERALDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO E TRANSPORTE.	M2	50.000	30%
1.5	FERTILIZANTE SUPER FOSFATO SIMPLES. FORNECIMENTO	KG	10.000	Um ou mais atestados de capacidade técnica
1.6	FERTILIZANTE A BASE DE OXIDO DE COBRE, COM FUNÇÃO CURATIVA E FUNGICIDA. FORNECIMENTO	UN	2.000	Um ou mais atestados de capacidade técnica
1.7	ADUBO QUIMICO PARA GRAMA, TIPO NPK 10-10-10 SACO 10KG. FORNECIMENTO	UN	500	Um ou mais atestados de capacidade técnica
1.8	GEL PARA PLANTIO (POLÍMERO HIDRORRETENTOR), FORNECIMENTO.	KG	500	Um ou mais atestados de capacidade técnica

Em **contraponto**, a Unidade de Auditoria, em sua análise (peça 56, fls. 12), concluiu que a irregularidade persiste, a saber: *“há irregularidade na definição de itens como parcelas de maior relevância do certame, devendo ajustar o item C.1 do edital, uma vez que foram inseridos itens como parcela de maior relevância que não atendem, simultaneamente, aos critérios de relevância e valor significativo, independente da exigência de comprovação de quantitativo mínimo.”*

Em sua manifestação técnica (peça 56), a ilustre Especializada esclarece acerca da aplicação da interpretação sobre a qualificação técnica pelo Tribunal de Contas da União e por esta Corte, tanto aos certames que apresentam o critério de julgamento pelo menor preço global, como pelo menor preço por item.

Neste contexto, **recobra**, ainda, a diligente Coordenadoria que o art. 30 da Lei nº 8.666/93 prevê a exigência de atestados para a comprovação de aptidão técnica, não incidindo limitação de sua aplicação em decorrência do critério de julgamento.

Nos termos da análise, reforça a sua tese de aplicabilidade irrestrita, a saber:

Inclusive, em consulta ao portal eletrônico das Cortes de Contas, TCE-RJ e TCU, pode-se identificar diversas Representações sobre editais que utilizam o critério de menor preço por item, tendo sido realizadas as respectivas análises da adequabilidade de seleção das parcelas de maior, como, exemplificativamente, no Acórdão TCU 914/2019 e nos Processos TCE-RJ 201.514-6/2023 e 221.284-5/2022.

[...]

Ato contínuo, deve-se destacar que a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos deve guardar proporção com a **dimensão e a complexidade do objeto**, limitando-se, em regra, a no máximo 50% do quantitativo previsto, reproduzindo-se parcialmente o Acórdão 1.251/2022 do TCU:

*A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve **guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto** e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação.*

*Acórdão 1251/2022-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO*

(grifo do autor).

Constata, a Unidade de Auditoria, que o Jurisdicionado readequou o item C.1, sob análise, de modo a exigir a apresentação de atestados com comprovação de execução de quantidade mínima de 30%, para os itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 da planilha orçamentária, avaliando-os, tão somente, como itens de “ maior relevância”, e quanto aos demais itens 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, atestados de capacidade técnica, sem a exigência de quantitativos mínimos.

Neste sentido, aprofunda-se e elucida o ponto de irregularidade, citando a Súmula nº 263 do TCU<sup>6</sup>, a inteligência do art. 30 da Lei de 8.666/93<sup>7</sup> e o entendimento desta Corte

---

<sup>6</sup> Súmula nº 263 do TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

<sup>7</sup> Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

sobre o tema (peça 56):

Em análise à Súmula TCU nº 263 e ao art. 30 da Lei Federal 8.666/93, deve-se destacar que a exigência de comprovação de atestados de capacidade técnico-operacional dos licitantes **deve se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto, havendo entendimento, em regra, que pode ser exigida comprovação de até 50% do quantitativo previsto no edital, quando for tecnicamente necessário.

Dessa forma, apesar de o jurisdicionado ter adequado o edital para exigir apenas a apresentação de atestados para os itens considerados de **baixa relevância** (1.5 a 1.8), mas ainda os qualificando como parcelas de maior relevância, **mesmo que sem a definição de quantitativos mínimos**, verifica-se que tal exigência apresenta-se como **irregular**.

Com o objetivo de elucidar esse conceito, destaca-se trecho da Portaria TCU nº 121/2023:

*Subseção II*

*Da qualificação técnico-operacional*

*Art. 69. A exigência de **comprovação da capacidade técnico-operacional** dos licitantes deverá ser efetuada mediante a apresentação de certidões, atestados ou declarações e deverá observar as **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, definidas em instrumento convocatório, bem como guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*

*§ 1º A relevância da parcela e o valor significativo do objeto estarão caracterizados, em regra, quando o valor individual for igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação.*

*§ 2º A relevância pode ser definida, excepcionalmente, por meio de critérios de natureza técnica, hipótese em que o valor individual pode ser estabelecido, no instrumento convocatório, abaixo do limite referido no parágrafo anterior.*

*Art. 70. Em compras, fornecimentos ou serviços, inclusive serviços de engenharia, a qualificação técnico-operacional será comprovada por meio da apresentação de um ou mais atestados, certidões ou declarações de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem que o licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que **correspondam a até 50% do quantitativo previsto no edital de licitação**, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo.*

Outrossim, deve-se ressaltar que não há irregularidade em exigir atestado de capacidade técnica para cada item da planilha orçamentária. No entanto, a possível irregularidade que foi apontada pelo Representante, e também por esta Corte, é que **não restava comprovado junto aos documentos do certame que a exigência de apresentação de atestados técnicos se limitava aos itens orçamentários atendiam, simultaneamente, aos critérios de relevância e valor significativo.**

Ato contínuo, deve-se destacar o que foi decidido no âmbito do Processo TCE-RJ 221.284-5/22, sessão de 15/08/2022, no qual o Plenário manifestou entendimento de

que a exigência de 50% para cada um dos itens, em sede de procedimento licitatório com critério de menor preço por item, não infringe o que é preconizado no art. 3º, § 1º, I da Lei 8.666/93:

**PROCESSO TCE-RJ 221.284-5/22**

*Portanto, por se tratar de menor preço por item e adjudicação por item, a exigência contida no item 8.5.1.a) se reporta à demonstração de experiência pretérita no fornecimento e/ou comercialização do percentual mínimo de 50% de cada um dos itens relacionados, cabendo às licitantes ofertar propostas aos itens de seu interesse. Isto posto, não se vislumbra comando legal/jurisprudência que inviabilize a exigência editalícia de comprovação, por meio de atestado de capacidade técnica, de desempenho satisfatório no fornecimento e/ou comercialização do percentual de 50% de cada item licitado, mesmo em se tratando de Pregão para registro em ATA de materiais com as especificações pretendidos pela Administração nesta licitação, não se configurando, assim, afronta ao art.3º, § 1º, I da Lei 8.666/93 que cuida do caráter competitivo do certame, por não terem sido extrapoladas as exigências legais/jurisprudenciais atinentes ao art. 30 da Lei nº 8.666/03 no que se refere à qualificação técnica. (grifo nosso).*

Complementa, ainda, o seu exame tratando do parcelamento do objeto citado pelo Jurisdicionado, enfatizando que “a adoção do critério menor preço por item, em detrimento ao menor preço global, não deve ocorrer de forma absoluta.”, razão pela qual, cabe à Administração avaliar o seu resultado, em vista da quantidade de contratos decorrentes do certame:

Sendo assim, cabe à Administração Pública avaliar o seu impacto, uma vez que, no caso concreto, **haverá a multiplicação de contratos**, destacando-se o seguinte Acórdão do TCU:

**ACÓRDÃO 2796/2013 - PLENÁRIO**

*9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.*

*10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade. (grifo do autor).*

Estando de acordo o ilustre *Parquet* de Contas, em seu parecer (peça 59).

Neste sentido, **concordo com a competente análise realizada pela Especializada**. A rigor, a exigência de qualificação técnica é de fundamental importância para assegurar a contratação daquele que tenha capacidade técnica compatível com a envergadura e a especificidade dos serviços a serem contratados, de modo que o excesso de exigência a extrapolar a Lei 8.666/1993 e a **jurisprudência deste Tribunal**<sup>8</sup>, pode gerar a restrição ou o direcionamento da licitação.

Ademais, ao gestor cabe atender ao art. 37, XXI da Constituição da República Federativa do Brasil/88<sup>9</sup> - CRFB/88 c/c ao art. 3º, § 1º, I e ao art. 30 § 1º, I da Lei 8.666/93<sup>10</sup>,

---

<sup>8</sup> **Boletim de Jurisprudência nº 5** de maio de 2021, especificamente, quanto ao **percentual do aferimento da capacidade técnico-operacional**:

Processo TCE-RJ nº 203.308-5/21

Relator: Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerren

[...]

EDITAL DE LICITAÇÃO. PARCELAMENTO DO OBJETO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Esta Corte tem entendimento consolidado de que o órgão ou entidade da Administração Pública, **ao elaborar seu instrumento convocatório, pode exigir a comprovação de determinadas quantidades relativas às parcelas de maior relevância do objeto e de valor significativo, por meio dos atestados de capacidade técnico-operacional, desde que não seja superior a 50% da referida parcela do objeto, por não prestigiar o princípio da competitividade**. (grifo nosso).

<sup>9</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

<sup>10</sup> Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

bem como à Súmula nº 263 do TCU<sup>11</sup>, que delimita a comprovação da qualificação técnico-profissional ao **binômio simultâneo**, parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Vejamos, o item C.1 anteriormente prévia:

### C. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**C.1.** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, relativo ao fornecimento de plantas e insumos, compatível em características com o objeto da presente licitação, com no mínimo 30% do quantitativo de cada item. (grifo nosso).

Já o item reformulado pelo Jurisdicionado, nos termos de sua manifestação, passa a ter a seguinte redação:

**C.1.** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, relativo ao fornecimento dos itens de maior relevância, compatível em características com o objeto da presente licitação com no mínimo 30% dos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

**C.1.1** Para os demais itens 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, **como possuem baixa relevância**, só deve ser **apresentado um ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, compatível com o objeto da licitação, conforme tabela abaixo: [...].

(grifo nosso).

Os itens 1.1 a 1.8 citados tratam da descrição dos serviços de parques e jardins de acordo com a planilha de valores e quantitativos unitários constante do edital combatido<sup>12</sup>, conforme imagem a seguir:

---

**I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (grifo nosso).**

<sup>11</sup> Súmula nº 263 do TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

<sup>12</sup> Em peça 3, fls. 46.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO QUANTIDADE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
L0		09	SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS						
1.1	EMPOP	PARQUE-09	ESPECIES VEGETAIS COM APROXIMADAMENTE 8CM DE ALTURA-TIPO ARBUSTO (ALEFIA - RHODODENDRON SIMILAR) OU BANA DE MAGGOCUMER (PTELAGECENDRON REPENSATIFENSIS) OU SIMILAR COM CONJUNTO	UN	10.000,00	R\$ 12,30	R\$ 1.152.000,00	R\$ 14,61	R\$ 1.317.000,00
1.2	EMPOP	PARQUE-09	ESPECIES VEGETAIS COM APROXIMADAMENTE 8CM DE ALTURA-TIPO ARBUSTO (ALEFIA) OU BANA DE MAGGOCUMER (PTELAGECENDRON REPENSATIFENSIS) OU SIMILAR CONSIDERANDO 25 DECIAS	ME	40.000,00	R\$ 87,50	R\$ 3.500.000,00	R\$ 190,11	R\$ 4.000.000,00
1.3	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	TERRA FORNECIMENTO	M3	5.000,00	R\$ 260,89	R\$ 1.304.450,00	R\$ 297,97	R\$ 1.489.750,00
1.4	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	GRAMA EM PLACAS TIPO ENROLADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO	M2	50.000,00	R\$ 9,70	R\$ 485.000,00	R\$ 11,80	R\$ 590.000,00
1.5	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	TRANSPORTE	KG	10.000,00	R\$ 4,40	R\$ 44.000,00	R\$ 8,61	R\$ 86.100,00
1.6	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	TRATAMENTO DE BASE DE FUNDAÇÃO E TENDIMENTO	UN	2.000,00	R\$ 61,49	R\$ 122.980,00	R\$ 74,37	R\$ 148.740,00
1.7	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	ACABAMENTO PARA GRAMA TIPO PREPARADO	KG	500,00	R\$ 103,74	R\$ 51.870,00	R\$ 110,71	R\$ 55.355,00
1.8	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO	PROJETO DE PLANTIO DE PLANTAS	KG	500,00	R\$ 33,61	R\$ 16.805,00	R\$ 36,35	R\$ 18.175,00
TOTAL DO ORÇAMENTO (C/ ADM E ENCARGOS COMPLEMENTARES)						R\$ 6.672.485,00	R\$ 6.672.485,00	R\$ 7.252.600,00	R\$ 7.252.600,00

De certo que a qualificação técnica deve abarcar<sup>13</sup>, tanto a qualificação técnica-operacional<sup>14</sup>, a qual restringe-se à sociedade empresária, quanto a capacidade técnica-profissional<sup>15</sup>, que se atém à equipe técnica e/ou responsável técnico.

<sup>13</sup> A exemplo, reforço o entendimento, citando o entendimento consolidado do TCU, por meio do Acórdão 3.257/13, de relatoria do Exma. Ministra Ana Arraes e do Acórdão 31/13, de condução do Ministro Aroldo Cedraz, respectivamente: A jurisprudência deste Tribunal é unânime em afirmar que as **exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo**.

Além disso, tais requisitos devem ser demonstrados no instrumento convocatório ou no processo administrativo da licitação, sendo desarrazoada, como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, a exigência em edital de percentuais mínimos superiores a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço.

O ato convocatório (item 8.6) prevê que a comprovação de capacitação técnica se dê com a apresentação de atestados que evidenciem a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o item licitado. (grifo nosso).

**A demonstração da capacidade técnico-operacional de execução de serviços deve-se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado.** Representação apontou possíveis irregularidades nas Concorrências 0609/2010, 0003/2011 e 0004/2011, conduzidas pela Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo, destinadas à construção de passarelas metálicas nas rodovias BR-262/ES e BR-101/ES. Destaque-se, entre as **avertadas irregularidades, as exigências de demonstração de capacidade de execução dos serviços “Steel Deck MF-50” e “Gradil – fornecimento e assentamento de gradil” como requisitos de qualificação técnico-operacional das licitantes, o que teria afrontado o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988, no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, no art. 2º da Portaria DG 108/2008 e no parágrafo único do item “c” da Instrução de Serviço 004/2009, ambas do Dnit, bem como a orientação contida na Súmula - TCU - 263.** Após examinar as razões de justificativas dos responsáveis ouvidos em audiência, o Relator ressaltou que **“a jurisprudência do TCU é pacífica e inequívoca no sentido de que a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes deve se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado”,** o que não ocorreu nas referidas concorrências. Observou que **os mencionados serviços “contemplavam valores inexpressivos perante o custo total das obras”.** Lembrou que apenas uma única empresa fora habilitada naqueles três certames e que as outras empresas foram inabilitadas por não cumprirem tais requisitos. Ressaltou que os objetos licitados merecem ser considerados comuns. Acrescentou que as citadas exigências afrontaram as disposições contidas nos normativos do próprio Dnit (Portaria DG 108/2008 e Instrução de Serviço 004/2009), que estabeleciam mínimo de representatividade financeira da ordem de 4% para permitir sua caracterização como serviço relevante para efeito de qualificação técnico-operacional. E que outras unidades do Dnit, ao lançarem edital para construção de passarelas, que também demandavam o uso da tecnologia Steel Deck não incluíram esse serviço como item que demandava demonstração de capacidade técnica para executá-lo. Concluiu, por esses motivos, que restou configurada efetiva restrição ao caráter competitivo daqueles certames. O Tribunal, então, em razão dessa e de outras irregularidades, decidiu apenas os responsáveis com multa do art. 58 da Lei 8.443/1992. (grifo nosso).

<sup>14</sup> Quanto à capacidade técnico-operacional, o teor da **Súmula nº 13 do TCE-RJ**: Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada.

<sup>15</sup> Ao seu turno, sobre a capacidade técnica-profissional, a **Súmula nº 10 do TCE-RJ**: Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-

Portanto, **corroboro com o entendimento da Unidade de Auditoria quanto ao não atendimento pelo Jurisdicionado**, razão pela qual constará da parte dispositiva deste Voto, Determinação para que o Jurisdicionado reformule o item **C.1**, contemplando os serviços que atendem a aplicação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **simultaneamente**.

**1.2.2. Dos itens C.2 (exigência de inscrição na RESNASEM), C.4 (exigência de licença do INEA) e C.5 (exigência de inscrição no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)**

Registro que os esclarecimentos acerca dos itens deste tópico constam da manifestação do Jurisdicionado juntada à peça 21 (Doc. TCE-RJ nº 5.902-1/24, datada de 03.04.24), não localizadas tais informações na resposta mais recente (peça 48, datada de 20.05.24).

Pois bem. O Jurisdicionado, em resposta (peça 21, fls. 4), alega, objetivamente, quanto ao item **C.2**, que a previsão editalícia atende o art. 8º da Lei Federal nº 10.711/03 e ao mandamento legal do art. 148 do Decreto Federal nº 10.586/20:

C.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no RENASEM, conforme art.8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art.4º do Decreto nº 10.586/2020, para fornecimento de mudas e plantas;

As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no Renasem (Art. 8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art. 4º do Decreto 10.586 18.12.2020).

Não há dúvidas que a licitante que sagrar-se vencedora do certame realizará a comercialização das plantas licitadas, e deverá atender a Lei 10.711/2023, pois realizará o comércio desses itens para a Somar.

Em contrapartida, aquele que adquire o produto sem inscrição no RENASEM, comete infração, nos moldes do artigo 148 do Decreto nº 10.586/2020:

Art. 148. Fica proibido e constitui infração de natureza grave dos usuários de sementes ou de mudas:

I - adquirir sementes ou mudas de produtor, de reembalador ou de comerciante que não esteja inscrito no Renasem, ressalvado o disposto nos incisos I, II e III do § 1º do art. 4º;

(...)

Quanto ao item C.4, (peça 21, fls. 4 e 5), sinteticamente, aduz que, por força legal, os procedimentos para o transporte de resíduos Classe I e Classe IIA e IIB, os quais são licitados, nos itens 1,1, 1,2 e 1,3, devem ser realizados por empresas que possuam o licenciamento ambiental, para tanto:

---

profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

• Quanto ao item C.4

C.4. Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – INEA ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos. Empresas sujeitas ao licenciamento ambiental que exerceram as atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de Resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classes II A e II B) no Estado do Rio de Janeiro, independentemente da

localização geográfica da base operacional (Lei nº 3.467/2000; Lei nº 3.007/1998 e Lei nº 6.862/2014).

NOP-INEA-26, legislação específica do Estado do Rio de Janeiro, através do Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – INEA, estabelece os procedimentos para o transporte de resíduos Classe I e Classe II A e II B não perigosos, onde os itens licitados 1.1, 1.2 e 1.3 (da antiga planilha orçamentária), necessitam ser transportados por empresas que possuem o Licenciamento Ambiental para transporte desses materiais conforme definido nessa norma:

Resíduos: Material resultante das atividades industriais, domésticas, hospitalares, comerciais, de serviço, de limpeza, *agrícola ou simplesmente vegetativa*, que deixa de ser útil, funcional ou estética para quem os gera, podendo encontrar-se no estado sólido, semissólido, gasoso e líquido, quando não passíveis de tratamento convencional.

Considerando o transporte das grandes quantidades de material vegetativo nos caminhões e seus resíduos ocasionados pela movimentação desses, bem como a terra, é necessário que essa massa verde seja transportada de maneira correta por empresa habilitada à transitar em todo o Estado do Rio de Janeiro, independentemente da localização geográfica da base operacional, atendendo a NOP-INEA-26, com base na Lei complementar 140/2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do “caput” e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Por fim, sobre o item C.5, sustenta que as empresas que produzem ou comercializam fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes devem promover o seu registro no Ministério da Agricultura, nos termos da legislação vigente:

• Quanto ao item C.5

C.5. Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO, conforme art.4º da Lei nº12.890/2013.

Novamente a representante não se atentou à legislação específica para a comercialização dos itens 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 da antiga planilha orçamentária.

Pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes ficam obrigadas a promover o seu registro no Ministério da Agricultura, conforme dispuser o regulamento. (art. 4º da Lei 12.890, de 10 de dezembro de 2013).

Ligada diretamente com o item C.3, já que os produtos relacionados a esses itens são potencialmente poluidores, necessitando atender a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (Lei nº 6.938/81).

Com base no exposto, verifica-se a importância de manter todos os requisitos técnicos inicialmente estabelecidos. Esses requisitos técnicos são estabelecidos com o objetivo de assegurar que apenas empresas qualificadas e capazes de executar adequadamente o objeto da licitação participem do certame. Dessa forma, ao manter tais requisitos, promove-se a seleção de fornecedores competentes e aptos a atender às necessidades da Administração Pública, garantindo a eficácia e a lisura do procedimento licitatório.

Conclui (peça 21, fls. 6), o Jurisdicionado, que os requisitos técnicos devem ser mantidos, pois os *“requisitos técnicos são estabelecidos com o objetivo de assegurar que apenas empresas qualificadas e capazes de executar adequadamente o objeto da licitação participem do certame. Dessa forma, ao manter tais requisitos, promove-se a seleção de*

*fornecedores competentes e aptos a atender às necessidades da Administração Pública, garantindo a eficácia e a lisura do procedimento licitatório.”*

Ao seu turno, a laboriosa CAD-Mobilidade (peça 56, fls. 14) contesta os esclarecimentos apresentados pela SOMAR, destacando, inicialmente, o critério de julgamento do certame.

Seguindo este raciocínio, rememorou o critério de julgamento adotado na licitação (menor preço item) e a afirmação do Jurisdicionado sobre a forma de disputa (peça 48, fls. 4): *“cada item é objeto de disputa de forma isolada, sendo perfeitamente possível, por exemplo, que cada um desses itens tenha uma qualificação técnica distinta”*.

Neste contexto, a Unidade de Auditoria (peça 56, fls. 14 e 15) assim contrapõe:

Em que pese tal alegação apresentada pelo jurisdicionado, percebe-se **que não houve tal segregação dos critérios de habilitação, exigindo-se, em sede de qualificação técnica, os mesmos registros, licenças e similares, independente do item em disputa**, como parcialmente reproduzido abaixo:

*C.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no RENASEM, conforme art. 8º da Lei Federal nº 10.711/2003 c/c art. 4º do Decreto nº 10.586/2020, para fornecimento de mudas e plantas;*

*C.4. Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – INEA ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos. Empresas sujeitas ao licenciamento ambiental que exercerem as atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de Resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classes II A e II B) no Estado do Rio de Janeiro, independente da localização geográfica da base operacional (Lei nº 3.467/2000; Lei nº 3.007/1998 e Lei nº 6.862/2014).*

*C.5. Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO, conforme art. 4º da Lei nº 12.890/2013.*

Nesse sentido, percebe-se que as empresas interessadas no certame deverão **atender a todos os critérios supracitados**, apresentando os registros e licenças correspondentes aos critérios C.2 e C.5, **independente do fato de que tal comprovante possa não ser adequado ao item da licitação que desejou participar**. (grifo do autor).

Adentrando a análise, a Especializada observa que o registro no Ministério da Agricultura, para fins de atendimento do item C.5, seria cogente tão somente às empresas que

produzam ou comercializem fertilizantes, substratos e similares, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 12.890/13:

As pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas são obrigadas a promover o seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dispuser o regulamento.

Nesse sentido, a Unidade de Auditoria (peça 56, fls. 15) destaca a incoerência da exigência, utilizando-se das razões apresentadas pelo próprio Jurisdicionado, que a exigência do registro no item C.5 adequar-se-ia a alguns itens da planilha orçamentária, e não a todos, a saber:

[...] assim **como reconhecido pelo jurisdicionado** (DOC. TCE-RJ 005.902-1/2024, protocolo eletrônico #4652196, às fls. 5), tal registro **apenas se adequaria aos itens 1.5 a 1.8 da antiga planilha orçamentária**:

• Quanto ao item C.5

C.5. Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO, conforme art.4º da Lei nº12.890/2013.

Novamente a representante não se atentou à legislação específica para a comercialização dos itens 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 da antiga planilha orçamentária.

Identicamente, atenta quanto à exigência constante do item C.2 (peça 56, fls. 15):

Ato contínuo, percebe-se que o item C.2 corresponde ao registro no RENASEM, obrigatório às pessoas físicas e jurídicas que comercializem **sementes e mudas**<sup>3</sup>.

Porém, assim como verificado no critério anteriormente analisado, C.5 do edital, percebe-se que também não houve segregação de exigência de comprovação de qualificação técnica para o item C.2, uma vez que **nem todos os itens orçamentários correspondem à comercialização de sementes e mudas**.

(grifo do autor).

De forma prática, conclui sobre a inadequação da exigência, tendo em vista a falta de ajuste de diferenciação entre os itens orçamentários e os registros correlatos (peça 56, fls. 16):

Dessa forma, percebe-se que **as exigências dos itens C.2 e C.5 de qualificação técnica do edital apresentam-se inadequadas, uma vez que não diferenciam entre os itens orçamentários que se adequam a cada um desses registros e licenças, ensejando em restrição indevida à competitividade**. (grifo do autor).

Por fim, quanto ao critério **C.4**, a Unidade de Auditoria entende que a exigência de licença junto ao INEA é adequada, na medida em que o transporte está incluído no serviço licitado, sopesando, no entanto, a irregularidade quanto ao momento de sua exigência no certame.

Assim está previsto o pertinente item editalício (peça 3, fls. 20):

**C.4.** Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – INEA ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos. Empresas sujeitas ao licenciamento ambiental que exercerem as atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de Resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classes II A e II B) no Estado do Rio de Janeiro, independente da localização geográfica da base operacional (Lei nº 3.467/2000; Lei nº 3.007/1998 e Lei nº 6.862/ 2014).

Deste modo, manifesta-se a Especializada (peça 56, fls. 16, 17 a 18):

Quanto ao critério C.4 do edital, percebe-se que trata de registro no INEA (instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro), ou órgão competente, para **transporte de resíduos**.

Em consulta ao documento NOP-INEA-26, percebe-se que estão sujeitas ao licenciamento ambiental as empresas que exercerem as atividades de “*coleta e transporte rodoviário intermunicipal*” de resíduos perigosos e não perigosos.

Em análise ao objeto da licitação em análise, verifica-se que trata de fornecimento de plantas e insumos à Autarquia SOMAR, **incluindo o transporte e fornecimento**, ressaltando-se que, de acordo com o edital, o item 11 veda a subcontratação dos serviços, como reproduzido abaixo:

#### *11. DA SUBCONTRATAÇÃO*

*Não admitir-se-á subcontratação, visto que os serviços que compõem o objeto a ser contratado se comunicam de forma direta ou indireta.*

Nesse sentido, percebe-se que o transporte, no caso em tela, também está incluído no serviço licitado, sendo adequada a exigência de licença junto ao INEA, ou órgão competente, para o transporte desses insumos.

No entanto, deve-se ressaltar que obtenção de licenças ambientais resulta em dispêndio para as empresas, havendo entendimento jurisprudencial que **não há obrigatoriedade para que sejam exigidas de todos os licitantes interessados ainda na fase de habilitação**, como reproduzido abaixo, **Boletim de Jurisprudência TCE-RJ 008/2023**:

*LICITAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. LICENÇA AMBIENTAL. FASE PRELIMINAR. HABILITAÇÃO DE LICITAÇÃO.*

*MOMENTO DE APRESENTAÇÃO.*

*Não há obrigatoriedade de que as licenças ambientais sejam exigidas ainda na fase da habilitação, cabendo ao gestor examinar, em um primeiro*

*momento, a necessidade do licenciamento para a regular execução do objeto licitado e, em seguida, o momento adequado de apresentação dos documentos correlatos pelos licitantes.*

*ACÓRDÃO Nº 110081/2023-PLENV, Processo TCE-RJ nº 208.334-8/2017, Relator: Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, Plenário Virtual: 21/11/2023*

Ademais, há entendimento pacificado nas Cortes de Contas de que é **irregular a exigência de comprovação de licença ambiental como requisito de habilitação, devendo ser formulada apenas pelo vencedor da licitação**, como preconizado no **Informativo de Licitações e Contratos do TCU 412/2021**:

*É irregular a exigência de comprovação de licença ambiental como requisito de habilitação, pois tal exigência só deve ser formulada ao vencedor da licitação. Como requisito para participação no certame, pode ser exigida declaração de disponibilidade da licença ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração.*

**Informativo de Licitações e Contratos 412/2021**. (grifo nosso).

Ante o exposto, a ilustre CAD-Mobilidade concluiu que os itens **C.2** e **C.5**, citados na Representação, são irregulares em vista de sua exigência irrestrita, sem delimitação expressa aos itens orçamentários correspondentes. Assim como, o item **C.4** deve ser ajustado para constar a sua obrigatoriedade de apresentação apenas pelo vencedor do certame.

Entendimento este corroborado pelo *Parquet* de Contas, na peça 59, divergindo apenas quanto a proposta de arquivamento do processo.

Nessa ordem de ideias, a rigor, enfatizo que a seleção de fornecedor sem a qualificação técnica adequada, para a execução do objeto, gera a contratação de empresa potencialmente sem a aptidão necessária a participar do certame, levando ao possível não suprimento da necessidade da Administração.

Seguindo o raciocínio, a seleção de fornecedor, por meio de exigências superiores e/ou desproporcionais<sup>16</sup> ao objeto a ser contrato, inclusive quanto à qualificação técnica, provoca a

---

<sup>16</sup> Por meio do **Recurso Extraordinário nº 668.810/SP, julgado em 30.06.17**, de relatoria do Exmo. Ministro Dias Toffoli sobre o tema:

O inciso XXI do artigo 37 da Constituição é claro no sentido de que somente deve ser exigido dos licitantes o cumprimento das 'exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', **sendo certo que esse trecho do dispositivo constitucional, ao impedir a exigência do cumprimento de condições irrelevantes ou irrazoáveis, só reforça a necessidade de se resguardar a igualdade de condições entre os interessados em contratar com a Administração, de modo que não devem ser levadas em consideração circunstâncias outras que não sejam essenciais à execução do objeto do contrato.** [...]

limitação indevida da competição, a elevação de preços contratados ou, ainda, evidentemente, o risco de interrupções no processo de contratação, por lides judiciais, por determinação dos órgãos de Controle ou ainda pela fiscalização deste e dos parlamentos competentes, incorrendo, ainda, a Administração no sofrimento de atrasos ao cumprimento de sua demanda.

Indubitavelmente, a imposição de certidões, sem a segregação dos critérios de habilitação para cada item (objeto divisível na licitação) a ser licitado, é grave irregularidade a ser sanada devendo esta Corte atentar à Administração que na fase de habilitação devem ser exigidos os registros e as licenças (comprovação de aptidão) atinentes ao objeto específico em disputa.

Ademais, quanto ao item **C.4**, a título de reforço à robusta manifestação realizada pela laboriosa CAD-Mobilidade, rememoro o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União acerca da exigência de comprovação de licença ambiental, como exposto no seu Acórdão nº 1.010/15, de condução do Exmo. Sr. Ministro José Mucio Monteiro, proferido por aquela Corte, antes mesmo da elaboração do Informativo do TCU citado, pela Unidade de Auditoria, em sua análise:

A exigência de **apresentação de licença ambiental de operação**, como requisito para qualificação técnica, é ilegal. **O art. 30, e incisos, da Lei 8.666/1993 são claros ao especificar os documentos que podem ser demandados dos licitantes, entre os quais não se encontra a licença de operação.** (grifo nosso).

Ainda, a título pedagógico, entendo oportuno acrescentar os termos do Acórdão nº 110033/23, consoante ao processo TCE-RJ nº 235.837-0/23, de relatoria da Exma. Sra. Conselheira Marianna Montebello Willeman, que foi aprovado em sessão plenária de 21.11.23, esta Corte proferiu quanto à **previsão de licença ambiental**:

Em que pese a afirmação dos jurisdicionados, impende destacar que a necessidade ou não de licença ambiental para a execução do objeto deve ser devidamente prevista no

---

Nesse contexto da interpretação e da aplicação do princípio da isonomia nos procedimentos licitatórios, leciona o ilustre jurista Marçal Justen Filho: [...]

**O ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: (a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; (b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; (c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação; e (d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Editora Dialética. 2012. p. 60 – grifo nosso).** (grifo nosso).

instrumento convocatório, sendo certo que o edital *sub examen* não trouxe previsão nesse sentido.

Destaco, sobre o tema, que este Tribunal tem se pronunciado pela possibilidade exigência do licenciamento ambiental a título de qualificação técnica, caso este se mostre documentação própria ao desempenho regular das atividades por empresas do ramo, a exemplo das decisões proferidas nos Processos TCE-RJ nº 214.754-7/21 (sessão de 26/07/2021), 114.920-6/18 (sessão de 27/02/2019), 227.412-5/18 (sessão de 19/09/2018) e 227.656-3/18 (sessão de 13/09/2018).

Nada obstante, como bem pontuado pela CAD-SANEAMENTO no pronunciamento de 21/07/2023, tal entendimento não leva à obrigatoriedade de que as licenças ambientais sejam exigidas ainda na fase da habilitação, cabendo ao gestor examinar, em um primeiro momento, a necessidade do licenciamento para a regular execução do objeto licitado e, em seguida, o momento adequado de apresentação dos documentos correlatos pelos licitantes.

[...]

Diante de todo exposto, é de se concluir pela **presença da irregularidade** examinada, devendo o gestor responsável fundamentar expressamente a necessidade ou não de licença ambiental para a execução do objeto, bem como o momento de apresentação pelas licitantes, com a respectiva previsão expressa no instrumento convocatório. (grifo nosso).

Por fim, ao meu Voto, incorporo na íntegra a análise do presente tópico e a conclusão elaborada pela diligente CAD-Mobilidade, **concordando com o exame instruído**, no sentido de determinar, ao Jurisdicionado, a retificação dos itens **C.2** e **C.5**, para que as exigências dos registros e das licenças atenham-se aos itens respectivos e correlatos, respeitado o critério de julgamento do certame, bem como modifique o item **C.4**, para que a licença ambiental, para o serviço a ser contratado, seja apresentada apenas pelo licitante vencedor, sob pena de impor custos desnecessários a todos os concorrentes e restringir a competição do certame.

## **2. Da Conclusão**

Encontram-se, parcialmente de acordo, o entendimento da diligente Unidade de Auditoria e do douto Ministério Público de Contas, residindo a pequena divergência, unicamente, quanto à proposta de encaminhamento decisório dos autos, quanto ao arquivamento.

Nesta linha de raciocínio, a Especializada sugere o arquivamento do feito. No entanto, propõe o ilustre Ministério Público de Contas que o arquivamento do feito ocorra após a comprovação das adoções das medidas determinadas, neste Voto, motivando, em seu parecer

(peça 59, fls. 4): “*com vistas a prestigiar a economia processual, pois haverá maior celeridade na punição dos responsáveis (dentre outras medidas) na hipótese do não atendimento à comunicação desta corte de contas, além de evitar a geração de novas representações ou denúncias sobre o mesmo fato já detectado.*”

Assim, **encampo o entendimento e o encaminhamento proposto pelo douto Ministério Público de Contas**, tendo em vista os princípios da primazia do mérito, da econômica processual, da duração razoável do processo<sup>17</sup> e da transparência da Administração Pública, de modo a garantir, em meu entender, a devida prestação jurisdicional mais efetiva<sup>18</sup>.

Portanto, decido pela procedência da presente Representação e confirmo<sup>19</sup> a tutela provisória anteriormente deferida em Decisão Monocrática de 29.04.24 (peça 38), e, à vista dos

---

<sup>17</sup> Neste sentido, o Exmo. jurista e Desembargador Antônio Carlos Marcato aborda o tema, pelo que esclarece: [...] “**demora indevida não se confunde com a duração razoável do processo**, ou seja, não é a que resulta do tempo programado para que ele produza resultados, com a observância de prazos préfixados, necessários ao controle judicial do curso e da maturação do processo; é, isto sim, a demora perniciosa, o tempo inútil, a paralisação indevida e injustificada do trâmite processual e injustificada do trâmite processual, resultante de fatores e circunstâncias no mais das vezes exógenos ... **A preocupação vem centrada, portanto, na observância do tempo programado para a obtenção do resultado prático esperado do processo**, em atenção à promessa do direito material. Essa é a mola mestra que impulsiona reformas constitucionais e processuais nos dias que correm, **tendo por foco a busca de decisões justas, obtidas em prazo razoável e a custo suportável pelas partes**. Busca utópica, talvez, mas indispensável à manutenção da crença na Justiça.” (Grifo nosso). [MARCATO, Antônio Carlos. Algumas considerações sobre a crise na Justiça. In: MIRANDA, Jorge et al. (Coord.). Tratado luso-brasileiro da dignidade humana. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 1245.].

<sup>18</sup> Para fins de ilustração dos dispositivos legais pertinentes à esta **garantia da efetividade da tutela jurisdicional**, colaciono alguns dispositivos do CPC, que podem ser interpretados de forma combinada com o art. 8º e seu parágrafo único do RITCERJ: RITCERJ: Art. 8º. O processo no âmbito do Tribunal de Contas será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, observando-se as disposições deste Regimento Interno. Parágrafo único. **Nos casos omissos e quando cabível, em matéria processual, aplicar-se-ão subsidiariamente às normas do presente Regimento Interno e às normas específicas editadas pelo Tribunal, as disposições do Código de Processo Civil.** CPC: Art. 4º **As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.** Art. 188. **Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.** Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade. (grifo nosso).

<sup>19</sup> Consolidado entendimento por esta Corte de Contas, nos termos do **Boletim de Jurisprudência nº 12 de 2023** sobre a confirmação da tutela de urgência: ACÓRDÃO Nº 121777/2023-PLEN  
Processo TCE-RJ nº 236.417-3/2023  
Relatora: Conselheira Marianna Montebello Willeman  
Plenário: 06/12/2023  
**REPRESENTAÇÃO. TUTELA PROVISÓRIA. CONFIRMAÇÃO. DECISÃO JUDICIAL. ATESTAÇÃO DA CORREÇÃO.**  
**A tutela provisória concedida com base em um juízo de cognição sumária provisória necessita ser confirmada pela “sentença”, para que seja atestada a sua correção, já que se trata de decisão que exaure a cognição da causa pelo julgador. Se revogada, pressupõe o reconhecimento, a posteriori, de que os requisitos para sua concessão não estavam presentes, alterando as condições fáticas da própria tutela pleiteada.** (grifo nosso).

elementos ora trazidos, e constatadas as irregularidades avançadas nos itens C.1, C.2, C.4 e C.5, assino prazo, no exercício da função corretiva desta Corte, para que o Jurisdicionado adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 125, VIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro - CERJ<sup>20</sup>, por meio da comunicação e determinações constantes da parte dispositiva deste Voto.

Deste modo, pelas razões anteriormente apresentadas, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com a laboriosa Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Mobilidade e Urbanismo - CAD-Mobilidade, **divergindo o meu posicionamento apenas quanto ao encaminhamento decisório proposto pelo arquivamento do feito**, bem como **DE ACORDO** com o douto Ministério Público de Contas - MPC. À vista do exposto,

#### **VOTO:**

**I.** Pela **CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA**, deferida em Decisão Monocrática de 29.04.24;

**II.** Pela **PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO**, quanto ao mérito, nos termos do art. 111<sup>21</sup> do RITCERJ;

**III.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, nos termos do art. 15, I<sup>22</sup>, do RITCERJ, para que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da ciência desta decisão, atenda às seguintes **DETERMINAÇÕES**, com a

---

<sup>20</sup> Art. 125 - **Compete ao Tribunal de Contas do Estado**, além de outras atribuições conferidas por lei:  
VIII - **assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.**

<sup>21</sup> Art. 111. A análise do mérito da denúncia ou representação dependerá, ainda, da presença dos critérios e risco, materialidade, relevância e oportunidade, segundo avaliação do Tribunal.

<sup>22</sup> Art. 15. O chamamento ao processo do responsável, ou interessado, far-se-á por meio das seguintes modalidades de comunicação processual, conforme o caso:

I - Comunicação: ato pelo qual o Tribunal determina ao responsável, com força coercitiva, o cumprimento de diligência, o encaminhamento de documentos ou a apresentação de esclarecimentos para saneamento do feito, bem como dá ciência das suas decisões.

necessária republicação do Edital e da nova data do certame, com a reabertura de seus prazos, especificando, item por item, todas as alterações efetuadas:

**III.1.** Ajuste o item C.1, incluindo como parcelas de maior relevância apenas os itens que atendam simultaneamente aos critérios de relevância e valor significativo;

**III.2.** Adeque os itens C.2 e C.5, de forma que a exigência dos respectivos registros e licenças sejam restritos aos itens adequados;

**III.3.** Modifique o item C.4, não exigindo a apresentação de licença do INEA de transporte para todos os licitantes, ainda na fase de habilitação, restringindo-se apenas ao vencedor;

**III.4.** Adote medidas para aprimorar seus procedimentos licitatórios, de forma a evitar a reincidência das irregularidades identificadas nos autos da Representação; e

**III.5.** Mantenha o **Portal de Transparência da Autarquia Municipal SOMAR atualizado, assim como o envio das informações ao SIGFIS-TCE-RJ**, além de outros meios que garantam a correta transparência e publicidade de todas as licitações disponibilizadas pelo Jurisdicionado, registrando as respectivas situações e atualizações.

**IV.** Na impossibilidade de atendimento às Determinações anteriormente citadas, **ANULE** a Licitação, dando a esta a devida publicidade. Na eventualidade da abertura de um novo processo licitatório para o objeto em análise, este deverá ser compulsoriamente regido pela Lei Federal nº 14.133/21. Sendo certo que devem observar, em edital futuro, as questões suscitadas nesta Representação e que a verificação do seu cumprimento poderá ser objeto de Controle Externo a cargo deste Tribunal em futura Auditoria Governamental, considerando os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade, nos termos do art. 111, § 6º<sup>23</sup>, do RITCERJ;

---

<sup>23</sup> Art. 111. A análise do mérito da denúncia ou representação dependerá, ainda, da presença dos critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade, segundo avaliação do Tribunal.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, o setor da Secretaria-Geral de Controle Externo responsável pelo exame da denúncia ou da representação deverá armazenar em base de dados os caracteres do processo e o resumo dos fatos narrados, utilizando-os como elemento de informação para subsidiar futuras ações de fiscalização, considerados os critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade.

V. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Controle Interno da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária de acordo com o art. 53, IV, e art. 55, da Lei Complementar nº 63/90<sup>24</sup>;

VI. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Maricá, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente decisão;

VII. Pela **COMUNICAÇÃO** ao Representante, nos termos do art. 15, I, c/c art. 110<sup>25</sup>, do RITCERJ, para ciência desta decisão; e

VIII. Pela **REMESSA** à Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, para que, **findo o prazo do item III**, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos acerca do cumprimento e da comprovação das Determinações proferidas no presente Voto, com posterior remessa ao douto Ministério Público de Contas – MPC para manifestação, **retornando-se** posteriormente os autos a este Gabinete.

**CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO**

*Documento assinado digitalmente*

---

<sup>24</sup> Art. 53. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 55. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, dela darão ciência de imediato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

<sup>25</sup> Art. 110. O Tribunal dará ciência da decisão proferida ao representante.

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### I - PREÂMBULO

**Impugnante: MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**

**Processos Administrativos nº 23477/2024**

**Processo de Origem nº 11.987/2024**

**Pregão Eletrônico nº 90042/2024**

**IMPUGNAÇÃO. Pregão Eletrônico nº 90042/2024,** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço comum de engenharia para paisagismo urbano e jardinagem para o município de Saquarema, incluindo a manutenção dos jardins, canteiros e áreas verdes, com o fornecimento de insumos necessários e aquisição de mudas para plantio, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Edital e em todos os seus anexos.

**Ilmo. Pregoeiro**

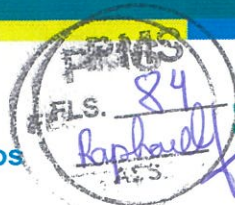
### RELATÓRIO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, impetrado pela empresa **MPS MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA**, já qualificada na peça de impugnação.

### DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A impugnação é tempestiva.

  
Municipal de Saquarema - RJ  
Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos  
24/6/2024 - Matrícula: 949686



De acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, o prazo para impugnação de edital é de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública de julgamento das propostas, no caso o pregão eletrônico.

A sessão pública de abertura data do dia 19 de dezembro de 2024, sendo a impugnação protocolada no dia 11 de dezembro de 2024. Tempestivo é o pedido.

## DA REPRESENTATIVIDADE

Procedimento com 12 laudas, com documentos que possibilita a verificação da representatividade,

## DO REQUERIMENTO DO IMPUGNANTE:

Em síntese o licitante requer em seu pedido que:

a) que seja admitida e conhecida a impugnação, por ser a mesma tempestiva, e por sua legitimidade, e o acolhimento do item 24.1 do edital, em sua legitimidade para apresentar a presente impugnação;

b) que no mérito da impugnação seja adequado o edital no que trata o GRUPO II (exclusão de todos os itens técnicos solicitados), para que seja feita exigência do atestado de capacidade técnica e inscrição apenas no RENASEM para os licitantes que participarem apenas do grupo II.

Em sua arguição a impugnante apresenta documentação de habilitação jurídica; e faz juntada do Acórdão nº. 066899/2024-PLEN, do TCE/RJ.

## DA MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

O pregoeiro encaminha o processo de impugnação esta Secretaria para ciência e manifestação.

Unidade: Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos  
1.045/2024 - Matrícula: 949886  
Saquarema - RJ



## DA ANÁLISE

Conforme supracitado, o presente objeto se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviço comum de engenharia para paisagismo urbano e jardinagem para o município de Saquarema.

Ao revisar os dispositivos questionados pela empresa impugnante, no primeiro momento, a Administração efetuou a suspensão do certame, conforme pode ser observado no portal de transparência do município de Saquarema: <https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/>.

Tal medida foi tomada objetivando realizar uma reavaliação visto a impugnação apresentada, e assim, realizar futuramente os devidos ajustes que se fizerem pertinentes.

A fim de garantir maior clareza e observância aos princípios norteadores da Administração Pública, a Pasta Requisitante decidiu pela revogação da presente licitação visando a readequação acordo com os princípios inerentes no processo licitatório, bem como o pleno atendimento dos interesses da Administração pública no presente caso concreto, conforme o princípio da supremacia do interesse público.

## CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não resta outra alternativa a Administração, decidir pela revogação da licitação para efetuar a análise e, posteriormente, tomar as providencias cabíveis.

Informamos, para tanto, que o novo Edital será republicado, respeitando os prazos legais, garantindo ampla divulgação para todos os possíveis interessados em participar da licitação.

Saquarema, 21 de fevereiro de 2025.

**Lindonor Ferreira Rezende da Rosa**  
Secretário Mun. de Transporte e Serviços Públicos  
Port. 019/2025 – Matrícula: 9496860  
Saquarema - RJ